



Análise crítica das políticas públicas voltadas para o livro didático de língua estrangeira

Juliana Alves dos Santos¹

UNEB/UESB

Diógenes Cândido de Lima²

UESB

Resumo: Até o século XIX e ainda mesmo nos primórdios do século XX, os livros utilizados no Brasil provinham de Portugal, como atesta D'Ávila (2008). De lá para cá, em especial para o ensino de línguas, esses materiais sofreram diversas mudanças e para institucionalizá-los foram criados alguns órgãos oficiais. A presente pesquisa busca fazer uma análise crítica dos órgãos nacionais criados para regulamentar a aquisição, distribuição e escolha do livro didático (LD). Para isso, serão abordadas algumas questões referentes a esses órgãos, enfatizando suas políticas e a inserção, pela primeira vez na história, do livro de língua estrangeira no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Além disso, serão apresentadas as etapas desse Programa, alguns números referentes a ele, ponderações a respeito do caráter democrático do PNLD e uma reflexão a respeito da relação entre LD e ensino público, através dos resultados de duas avaliações nacionais (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e a Prova Brasil). Verificamos através de revisão bibliográfica que o caráter democrático do programa é questionável e que, mesmo de forma indireta, os avanços alcançados pelo PNLD não são suficientes para melhoria na qualidade de ensino da escola pública (Mantovani, 2009). Para isso, acreditamos na necessidade de melhor qualificação do professor para o processo de escolha dos LDs, a fim de torná-lo agente reflexivo na seleção e uso desses materiais.

Palavras-chave: Livro didático, Política pública, PNLD

Abstract: In this essay we intend to show some arguments about Brazilian educational policies. We will show some official institute created to control the production and circulation of textbooks from Instituto Nacional do Livro (National Institute of Book) until Programa Nacional do Livro Didático (National Textbook Program) – PNLD. Following, the steps of PNLD will be showed; the Program cost, and an analysis about the democratization of the PNLD. Besides, we will do a brief analysis about the National Textbook Program and its impact on the quality of teaching in public schools.

Keywords: Textbook, Public policies, National Textbook Program

¹ julalves@gmail.com

² dlima49@gmail.com



1. Introdução

Os primeiros materiais de ensino utilizados nas aulas de leitura eram cartas manuscritas que pais de alunos e professores forneciam. Essas cartinhas (mais tarde cartilhas) foram instrumentos de muita importância responsáveis pelo ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Até o século XIX e ainda mesmo nos primórdios do século XX, os livros utilizados aqui no Brasil provinham de Portugal, como atesta D'Ávila (2008). De lá para cá, esses materiais didáticos sofreram diversas mudanças, em especial para o ensino de línguas, e várias foram as pesquisas que buscavam compreender as ideologias subjacentes, os aspectos culturais imbuídos nos manuais³, entre outros aspectos.

Para institucionalizar o livro didático (doravante LD) foram criados alguns órgãos oficiais. Buscamos nesse ensaio abordar algumas questões referentes a esses órgãos, enfatizando suas políticas e a inserção, pela primeira vez na história, do livro de língua estrangeira. Além disso, serão apresentadas as etapas do atual programa de regulamentação do LD, alguns números referentes ao programa e sugestões para implementação do uso e critérios de seleção do LD.

2. Das políticas públicas brasileiras para o livro didático

Sabemos da existência de programas estaduais e municipais para dotar as escolas de materiais didáticos, no entanto, a difusão de informações tornaria praticamente impossível a análise desses programas. Por isso, esse tópico irá se restringir às políticas desenvolvidas em caráter federal e na esfera do Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Além disso, observa-se de alguns anos para cá uma tentativa de vários países (Alemanha, Espanha, França, Grécia, Argentina, entre outros) em coletar documentos de arquivos dispersos para reconstituir a história da política nacional para o LD. Ressaltamos que não é objetivo desse tópico “garimpar” esses documentos, nem fazer um balanço deles, mas apresenta-los panoramicamente, uma vez que concordamos com Choppin (2004, p. 561) quando este afirma que:

³ As terminologias: manual didático, livro didático e livro-texto serão usadas como sinônimos.



ao escrever a história dos livros escolares – ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra – sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, **não faz qualquer sentido** (CHOPPIN, 2004, p. 561 grifo nosso).

O primeiro órgão criado, o Instituto Nacional do Livro (INL), surgiu em 1937 com a função de realizar o controle político e ideológico da consecução e distribuição dos manuais (D'Ávila, 2008). Desde então, vários foram os órgãos que surgiram para regulamentar o livro didático no país, e que se confundem com a divulgação e acesso a ele no Brasil.

Seguinte ao INL foi criada a Comissão do Livro Didático, em 1938, que visava reestruturar e controlar ideologicamente todo o sistema educacional brasileiro, uma vez que o momento político da época era propício: Estado Novo e as políticas para estabilização da ditadura Vargas (Freitag et al., 1989).

Durante o período militar (1964-1969) foram assinados os acordos MEC- USAID (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional) que autorizavam através da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) a elaboração de cartilhas e LDs “cujos conteúdos, forma (...) e até mesmo fundamentação psicopedagógica seguiam as instruções e orientações dos assessores americanos que cuidavam da implementação desse programa de ‘ajuda’” (FREITAG et al., 1989, p. 25). A COLTED foi extinta em 1971 quando foi criado o Programa do Livro Didático (PLID);

A Fundação Nacional do Material Didático (FENAME) foi criada em 1968, mas em 1976 sofreu modificações e foi encarregada de assumir o PLID. A FENAME tinha como competências, dentre outras coisas: a definição de diretrizes para a produção do material escolar; formulação e execução do programa editorial e a cooperação com instituições educacionais, científicas e culturais (Freitag et al., 1989).

Em 1983 é instituída a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que congregava programas que abrangiam desde o livro didático até bolsas de estudo. Tal centralização, característica do período da distensão e abertura da Velha República, acarretou alguns graves problemas, tais como: Dificuldades de distribuição do livro em conformidade com o prazo estipulado; *lobbies* das empresas e editoras junto aos órgãos estatais responsáveis; autoritarismo implícito na escolha dos manuais, entre outros (Freitag et al., 1989).

Atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) é o órgão que executa diretamente os programas que regulamentam a produção e distribuição dos LDs no



território brasileiro, a saber: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), que busca atender as escolas e entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado, não havendo repasse de recursos para as aquisições de livros, que são realizadas de forma centralizada. Sendo o PNLD o programa responsável atualmente pelos princípios e critérios segundo os quais foram escolhidos os livros didáticos de língua estrangeira, faremos uma apresentação e reflexão a respeito dele separadamente.

2.1 O Programa Nacional do Livro Didático

Em 1985 os educadores baianos clamavam por uma descentralização da política do manual escolar no Brasil. A Universidade Federal da Bahia – UFBA – realizou alguns encontros sobre a questão (de 1984 a 1986) com a participação da comunidade universitária, editores e autores dos manuais didáticos. Além da descentralização, os pesquisadores protestavam por melhoria dos materiais, profissionalização do professor e regionalização dos livros (Serpa, 1987).

Não só devido às reivindicações dos professores, mas como uma tentativa de implementação do programa anterior, foi criado em 19 de agosto de 1985, por meio do decreto número 91.542, o PNLD. Esse programa trouxe mudanças significativas em relação ao precedente, pois definiu as principais diretrizes que orientam as relações do Estado com o livro escolar. São elas:

- centralização das ações de planejamento, compra e distribuição;
- utilização exclusiva de recursos federais;
- atuação restrita à compra de livros, sem participação no campo da produção editorial;
- escolha do livro pela comunidade escolar;
- distribuição gratuita do livro a alunos e docentes (BRASIL, 1985).

Verifica-se que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tende a atuar como mediador entre professores e o campo da produção editorial, não se destacando na definição dos padrões de qualidade do manual escolar, o que foi redefinido somente em 1996 pelas diretrizes estabelecidas para o processo de avaliação pedagógica. Além disso, a centralização torna o PNLD uma ação dependente de um grande volume de recursos e organizada em torno



de processos de grande complexidade e envergadura, dependendo das oscilações da economia brasileira, além da variação das decisões políticas dos diferentes governos (Batista, 2001).

Alguns problemas são verificados em relação ao PNLD desde sua criação. Entre eles está o fato da entrega dos LDs não acontecer no início do ano letivo, como seria o ideal. Segundo o site do FNDE, o problema da entrega foi “solucionado” a partir de 1995 depois de um convênio firmado entre o FNDE e as editoras, porém somente no ano 2000 que é colocado como obrigatoriedade a entrega dos LDs antes do início do ano letivo (como veremos a seguir); Um outro problema, reside no fato de algumas vezes não serem entregues os livros escolhidos e solicitados pelo professor, mas outra opção.

No entanto, mudanças significativas vêm acontecendo no PNLD na primeira década do novo século. Iremos apresentar brevemente algumas dessas mudanças a partir do ano 2000, conforme apresentadas no site do governo federal⁴.

No ano 2000 foi inserida no programa a distribuição de dicionários de língua portuguesa. Além disso, pela primeira vez na história, os livros didáticos passam a ser entregues no ano anterior ao ano letivo que será utilizado. Não há como deixar de comentar que apesar de ser um marco histórico, é assustador que somente depois de 15 anos do início do Programa seja colocada a obrigatoriedade de os livros serem entregues nas escolas antes do início do ano letivo.

No ano seguinte, é ampliada de maneira gradativa o atendimento a alunos com deficiência visual, sendo distribuídos LDs em braille. Em 2002 inicia-se a distribuição de dicionários de língua portuguesa aos ingressantes da 1ª série (atual 2º ano do ensino fundamental) e das 5ª e 6ª série (atuais 6º e 7º ano do ensino fundamental, respectivamente). Nesse mesmo ano é estabelecida uma meta de distribuição de um dicionário por aluno a ser atingida no máximo no ano de 2004.

No ano de 2003, além de dicionários, foram distribuídos atlas geográficos para as escolas que possuem concomitantemente EJA e turmas de ensino fundamental II. O ano de 2004 tem como feitos significativos, além da reposição e complementação dos LDs, o alcance da meta de distribuição de um dicionário por aluno. Além disso, foi criado nesse mesmo ano o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM).

⁴ FNDE/MEC disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico>



O ano de 2005 é marcado pela reformulação da sistemática de distribuição de dicionários. A partir de então, os dicionários serão distribuídos às bibliotecas, priorizando a utilização do material em sala de aula. Ressalta-se também que, a partir de 2005, essas obras passam a ser adaptadas ao nível de ensino do aluno, sendo divididos em: dicionários tipo 1, 2 e 3.⁵

Em 2006 os alunos com necessidades especiais são lembrados pelo PNLD e dicionários enciclopédicos ilustrados trilingues (LIBRAS/português/Inglês) são distribuídos nas escolas de 1ª a 4ª série. No ano seguinte, a distribuição desse material é ampliada para as escolas de ensino médio e os alunos de 1ª a 4ª série recebem cartilha e livro de língua portuguesa em LIBRAS e em cd-rom.

No ano de 2009 são ditadas novas regras de participação. A partir de então, as redes públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para receber os livros didáticos.

No ano subsequente, LDs de Língua estrangeira são incluídos no programa. Tendo em vista que os relatórios anuais de investimento ficam prontos no fim do ano, ainda não temos informações oficiais das mudanças e implementações ocorridas no ano de 2010 no PNLD.

Por falar em investimentos, verificamos que os números referentes aos gastos com livros didáticos para real execução dos programas nacionais que o regulamentam são assustadores. De acordo com Araújo (2010) em 1997 foram gastos R\$ 253.871.511; no ano 2000, a cifra correspondente ao gasto do programa foi de R\$ 474.334.699; e já em 2007 foram gastos R\$ 661 milhões no PNLD e R\$ 221 milhões no PNLEM. Estima-se que para 2011 o valor é de R\$ 880.263.266,15 negociados com as editoras para os dois programas, de acordo com o sítio do FNDE.

Esses investimentos governamentais no setor de didáticos ocasionaram, a partir da década de 90, uma estreita dependência das editoras com o PNLD. Os dados mostram que em 1993 a produção de didáticos representava 54% dos livros produzidos no país, enquanto que em 1996, passou a representar 74% (Batista, 2001). Essa dependência das editoras com o FNDE pode ser favorável à melhoria do nosso sistema educacional, uma vez que o setor pode oferecer “pouca resistência às ações do PNLD para renovação pedagógica e editorial do LD”,

⁵ Tipo 1 destinado a crianças que estão iniciando contato com esse tipo de obra; tipo 2 para alunos em fase de consolidação do domínio da escrita; tipo 3 direcionado a alunos que já começam a dominar a escrita.



pois “os editores tenderiam a investir em soluções e estratégias pouco arriscadas e mais conformes às expectativas da avaliação do [Programa]” (BATISTA, 2001 p. 39).

Dessa forma, o PNLD tem sido o responsável pelo fortalecimento das editoras nacionais, tendo em vista que de 1998 a 2005 foram comprados 102 milhões de livros por ano, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Soares, 2007). Esses números aumentaram significativamente, pois a partir de 2005 começaram a ser distribuídos livros para o ensino médio.

Os gastos exorbitantes para implementação do PNLD colocam o Brasil ocupando a oitava posição entre os mercados editoriais do mundo (D’Ávila, 2008). No entanto, as compras feitas para o programa suscitam dúvidas quanto ao caráter democrático do processo de seleção do mesmo.

A esse respeito, Höfling (2000) em sua pesquisa, questiona os objetivos e o alcance da política pública brasileira voltada para o livro didático, uma vez que, segundo ela, há um reduzido número de grupos editoriais privados no processo referente ao PNLD, o que foi também constatado por Batista (2005). Depois de apresentar tabelas que mostram as compras de livros pelo governo federal do ano de 1977 ao ano de 1998, a pesquisadora conclui que há uma acentuada centralização na participação de um grupo de editoras no Programa e esse posicionamento, segundo ela, choca-se com os princípios de uma perspectiva de descentralização do programa do governo. Ela reitera dizendo que essas questões devem ser discutidas, uma vez que, é necessário fazer uma análise política do Programa Nacional do Livro Didático.

Coincidência ou não, as editoras com maior participação nas compras feitas pelo governo para o ano letivo de 2011 correspondem ao mesmo grupo editorial dos anos anteriores, invertendo somente a porcentagem de “repartição do mercado” (BRASIL, 2010). Além disso, as coleções de língua inglesa selecionadas para serem encaminhadas a escola, para escolha do professor, também fazem parte de um mesmo grupo editorial.

De acordo com o Guia de Livros didáticos PNLD 2011, participaram do processo 37 coleções, sendo 11 de espanhol e 26 de inglês. No entanto, somente duas para cada disciplina foram selecionadas, as outras foram excluídas, segundo o guia, pelo fato de não cumprirem os critérios do edital.

Outra justificativa para o pequeno número de coleções selecionadas é dada adiante pelo Guia. Segundo ele, o número reduzido de resenhas deve-se também ao fato de ser a



primeira edição do PNLD de língua estrangeira. Apesar dos colegas estarem empolgados com a chegada do material de língua estrangeira na escola, as poucas opções de escolha dadas pelo governo federal não tem sido vistas com bons olhos. Os professores têm reclamado pelo fato de, na sua maioria, conhecerem outras coleções que seriam viáveis para o ensino e não “entenderem” as poucas opções proporcionadas pelo PNLD.

Corroboramos com Höfling, quando ela afirma que a posição de determinados grupos editoriais que, com pequenas diferenças de posição é que interferem na aquisição feita pelo MEC da produção didática, legitimando, assim, o caráter pouco democrático do processo de escolha das coleções.

Contudo, embora a democraticidade do Programa seja questionável, é inegável que houve um verdadeiro salto em relação à qualidade dos livros didáticos produzidos no Brasil. Batista (2001, p. 23) assera que com livros de melhor qualidade nas escolas, o PNLD “é uma referência consensual de qualidade para a produção de livros didáticos e para sua escolha, por professores; [além disso,] vem possibilitando uma reformulação dos padrões do manual escolar brasileiro e criando condições adequadas para a renovação das práticas e ensino nas escolas”.

Ademais, pesquisas recentes como as do Indicador de Alfabetismo Funcional conduzida pelo Instituto Paulo Montenegro (Montenegro, 2011) apresentam que os livros distribuídos diretamente aos alunos são dos mais presentes nas casas dos brasileiros ainda que estes sejam analfabetos. A maioria dos entrevistados (89%) tem em casa a Bíblia e outros livros religiosos como fonte de acesso ao conhecimento, seguido a esse material, 84% dos entrevistados tem livros escolares. Assim, a busca pelas informações sistematizadas trazidas pelos livros chega não só aos discentes, como até sua família, e esse feito só é possível devido a políticas que levam o livro até a escola pública, como a do PNLD.

Tratando-se de condições pedagógicas (em especial Livros didáticos) vimos que no Brasil a preocupação com o fornecimento desse tipo de material para o setor público de ensino começou em 1937 quando foram criados programas para regulamentá-lo. Atualmente, com as modificações estabelecidas pelo PNLD, para que esse material chegue até as mãos dos alunos e contribua para atingir o objetivo inicialmente proposto para a Escola Pública (de formar homens livres da dominação da ignorância), é necessário transpor algumas etapas, de



acordo com o site do FNDE⁶. Apresentaremos brevemente as vias percorridas pelo LD até chegar às instituições públicas de ensino fundamental e em seguida, faremos nossas considerações sobre livro didático e ensino público.

O caminho do livro até a escola começa com a etapa da **inscrição**, que consiste na publicação no Diário Oficial da União de um edital a ser seguido pelas editoras que tenham interesse em se inscrever no programa. A segunda etapa é a **triagem/avaliação** que consta de uma análise realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo, no intuito de verificar se as obras cumprem as exigências do edital. Em seguida, os livros são encaminhados para Secretaria de Educação Básica e daí para os especialistas, a fim de que elaborem a resenha dos manuais aprovados.

As resenhas elaboradas por esses especialistas compõem o Guia do Livro Didático que é encaminhado às escolas cadastradas no censo escolar (constituindo a terceira fase do processo de distribuição) e também é disponibilizado na internet para que a partir dele os professores façam a escolha dos LDs. A etapa da **escolha** é de responsabilidade dos professores e da direção. Uma vez feita, são processados os formulários de escolha pelo FNDE para que esse possa proceder a etapa do **pedido**.

Depois do pedido inicia-se o processo de **negociação** com as editoras através de licitação, para que os livros comecem a ser produzidos e passem para a etapa seguinte, que é a de **distribuição**.

A distribuição é feita pelas editoras por meio de um contrato firmado entre o FNDE e os Correios desde 1995. Segundo Cassiano (2007) essa medida solucionou o problema do atraso na entrega que acontecia com os programas anteriores, quando os LDs chegavam nas escolas meses depois do início do ano letivo. Além disso, essa eficiência rendeu alguns bons frutos, entre eles: O prêmio World Mail em 2002 para os Correios e ao PNLD sua consagração mundial.

O **recebimento**, que é a próxima etapa, acontece entre outubro e o início do ano letivo. Nas zonas rurais os livros são entregues na prefeitura ou nas secretarias de educação e estas se responsabilizam para que o material chegue até a escola; e na zona urbana os livros são entregues diretamente nas escolas. Atualmente os discentes do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) recebem os livros correspondentes às disciplinas matemática, língua portuguesa,

⁶ FNDE/MEC disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld>.



ciências, história, geografia e língua estrangeira (estes últimos são consumíveis, os discentes não precisam devolvê-los no final do ano letivo, os demais são reutilizáveis).

3. Livro didático e ensino público

A inserção de línguas estrangeiras no PNLD é um reflexo do reconhecimento do importante papel que esse componente desempenha na atualidade (BRASIL, 2010). Além disso, destaca-se a importância do conhecimento de línguas estrangeiras para a formação e inclusão social do indivíduo, além da oportunidade de conhecer a si mesmo e ao outro (BRASIL, 2010, p. 11). Temos de concordar que é uma grande conquista para o ensino brasileiro, no entanto, nos inquieta saber se a melhoria e o amplo acesso aos materiais de ensino enriquece, de fato, o ensino público.

A título de exemplo consideremos a pesquisa conduzida por Mantovani (2009). Seu trabalho teve como objetivo analisar a importância da avaliação do livro didático feita pelos programas de governo e o impacto desse processo na qualidade de ensino na escola pública. Para isso, foi feito um levantamento bibliográfico e uma breve análise dos resultados de duas avaliações nacionais: O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil. A autora reconhece que a relação do PNLD com a avaliação dos alunos não acontece de forma direta, mas a análise dos resultados obtidos pelos estudantes nesses exames pode contribuir para traçar parâmetros visando a melhoria da qualidade de ensino.

Então, depois de comparar as curvas de gráficos relacionados ao desempenho dos alunos de 1995 a 2005 com a quantidade de livros aprovados e excluídos (1997, 1998, 2000/01, 2004 e 2007) a autora infere que o ensino público brasileiro não sentiu “os reflexos da melhoria dos materiais didáticos distribuídos aos estudantes da rede pública”, “pelo menos não da forma esperada” (Mantovani, 2009, p. 85). Segundo ela, a avaliação do livro não é suficiente para melhoria na qualidade de ensino. Para isso, faz-se necessário qualificar o professor, de maneira que ele possa ser atuante, pensante e reflexivo em todas as suas ações, das quais faz parte também um bom material didático (Mantovani, 2009).

Se pensarmos no componente de língua estrangeira, essa situação se agrava ainda mais, visto que, muitos dos que atuam com a disciplina não tem proficiência suficiente para privilegiar, como preconiza o guia do livro didático, uma perspectiva comunicativa.



O fato é que a chegada do LD de língua inglesa tem sido esperada com ansiedade pelos colegas. No entanto, uma grande maioria não tem consciência do poder ideológico trazido nesses materiais e no “perigo” de usá-lo como único material em sala de aula de língua, em especial de língua estrangeira. É de extrema importância que o professor tenha formação suficiente para criar dentro da sala de aula espaço de formação, reflexão e participação; de saber como preencher as lacunas do LD e de cortar as sobras oferecidas por ele. Não adianta livros de boa qualidade, se no final, ele torna-se um fardo para aluno e professor, ademais, a forma como o professor irá utilizar o livro é que irá qualificar o material.

Além disso, concordando com Mantovani (2009), é de extrema importância qualificar o professor para o processo de escolha dos livros que irão participar da seleção feita na escola, pois, acreditamos que dessa forma, pode-se ser oferecida uma maior variedade de livros participantes do processo; além de torná-lo agente reflexivo na seleção do mesmo, uma vez que ele é que tem o contato direto com o público nos diferentes momentos pedagógicos.

Esse aperfeiçoamento do professor pode acontecer com o engajamento dos setores envolvidos na utilização dos livros escolares (professor e aluno), da comunidade científica e das universidades. As universidades têm como obrigação oferecer programas de extensão para justificar seu caráter de universidade, uma sugestão é o oferecimento de cursos como esse, voltados para a escolha e uso dos Livros didáticos nas comunidades que circundam essas instituições.

Cursos extensionistas oferecidos por universidades contribuiriam não só para sair da situação acima, bem como para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem de LE nas escolas públicas. Vimos anteriormente as generosas cifras que o governo investe em livros didáticos para a melhoria do ensino, provando que talvez não seja por falta de investimento que a educação esteja em crise. Tratando-se de LE ainda não temos resultados efetivos quanto a relação entre investimento em LD e aprendizagem, pois os livros estão sendo utilizados pela primeira vez nesse ano de 2011. Possivelmente poderemos fazer um estudo comprovando/refutando a utilização de LDs como consequência da (in)eficiência das escolas daqui a quatro anos. Enquanto isso, o que vemos é o número crescente de alunos que buscam cursos extras (quando tem acesso e condições financeiras) para o aprimoramento da aprendizagem de LE, em especial LI.

Todavia, a inserção, ainda que demorada, de LDs de LI no PNLD visam acima de tudo uma melhoria no ensino dessa disciplina. Ademais, os critérios adotados no edital do PNLD



para a seleção dos livros a serem encaminhados para escolha do professor buscaram garantir que “o aluno consiga aprender a língua estrangeira para compreender e produzir, oralmente e por escrito, diversos tipos de texto” (BRASIL, 2010) enfatizando que lugar de aprender língua estrangeira é na escola, é um direito de todos e não um capital cultural que só tem quem pode comprá-lo. Acreditamos veemente numa possibilidade de melhora devido a inserção desses livros no ensino regular, desde que medidas de formação continuada sejam tomadas, para evitar que o livro se transforme numa “muleta”.

Referências

- ARAÚJO, Bráulio Santos Rabelo de. *Acesso ao Livro Didático e ao Livro Técnico Científico no Brasil*. São Paulo. Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOPPI-USP), 2010
- BATISTA, Antonio Augusto Gomes. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- _____. *Política de materiais didáticos, do livro e da leitura no Brasil*. Texto escrito para o Programa 1 da Série Materiais Didáticos – escolha e uso. Salto para o futuro/TV Escola, 2005.
- BRASIL. Decreto n. 91.542 de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, pág. 12178 Seção I.
- _____. Ministério da Educação e cultura. *Guia de livros didáticos: PNLD 2011: Língua estrangeira moderna*. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo, O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 – 2007). Tese.(Doutorado em educação) São Paulo/SP: Programa de Pós graduação: educação, história, política, sociedade. Pontificia Universidade Católica de São Paulo. 2007 252 f.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set/dez, 2004.
- D’AVILA, Cristina Maria. *Decifra-me ou te devorarei: O que pode o professor frente ao livro didático?* Salvador: EDUNEB;EDUFBA, 2008.
- FREITAG, Barbara et. Al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
- HÖFLING, E. M. Notas para discussão quanto a implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro didático. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 70, Abril 2000.



- MANTOVANI, K. P. *O programa nacional do livro didático – PNLD – Impactos na qualidade do ensino público*. Dissertação (mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, 2009. 126f.
- MONTENEGRO, Fábio (coord). *5º Indicador de Analfabetismo funcional: um diagnóstico para a inclusão social pela educação (avaliação de leitura e escrita)*. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/downloads/inaf05.pdf Acesso em: 07. Jun. 2011.
- SERPA, L.F.P. A questão do livro didático. *Em aberto*, Brasília, ano 6, n.35 jul/set 1987.
- SOARES, R. P. Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo (Texto para discussão nº 1307). Brasília: IPEA, 2007.